



David Harvey discute a geografia do capitalismo, a compreensão da cidade como uma arena de luta política e a transformação das práticas imperialistas

Peer Schouten[#] • 16 de abril de 2013

Tradução e Notas: Pedro Gonçalves[#] e Dante Pezzin^{iv}

Os debates sobre a globalização frequentemente minimizam a importância da escala local nas RI.

Um dos protagonistas na consideração de abordagens espaciais para o tratamento de questões de poder é David Harvey, reconhecido internacionalmente devido a sua peculiar leitura da geografia urbana e ênfase na relação entre os processos de urbanização e produção de desigualdades. Nessa entrevista, Harvey trata da dinâmica dialética do capitalismo e da lógica territorial do poder. Ademais, explica porque se deve ter como foco de análise as cidades nas RI, como também enfatiza que a utilização de diferentes escalas de análise é necessária para compreender os processos globais atuais.

Theory Talks: Qual é, em sua opinião, o maior desafio ou o principal debate na área das RI? E qual o seu posicionamento ou resposta para esse desafio ou debate?

David Harvey: Eu acredito que o principal desafio é o de teorizar corretamente a relação entre a territorialidade do poder político e a espacialidade da acumulação do capital¹. Para es-

clarecer essa afirmação, deve-se investigar a natureza desses respectivos processos. Quais são, por exemplo, os fluxos de capitais? O capital está constantemente deslocando-se no espaço e no tempo, de tal forma que esse processo se constitui quase que uma espécie molecular de fluxo ou movimento. Tal ideia contrasta sobremaneira com o aparato teórico que trata o mundo como dividido em blocos territoriais que possuem distintas estruturas de poder e de tomada de decisões. A tensão entre a lógica territorial e a lógica capitalista de poder² é incrível, como vemos ago-

recursos naturais e humanos para fins políticos, econômicos e militares. Já em relação aos processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo, esse diz respeito às práticas nas quais o capital em sua dinâmica individual (produção, circulação e consumo de mercadorias) procura ampliar a escala de suas atividades e reduzir o tempo de deslocamento de mercadorias e informações para reduzir custos e continuar o processo de valorização do capital [Nota dos Tradutores]. Para mais detalhes, cf. HARVEY, David (2011) "O novo imperialismo", mais especificamente o cap. 2, intitulado "Como o poder norte-americano se expandiu".

²Para Harvey (2011) as duas lógicas apresentam motivações bem distintas. Enquanto o capitalista procura apenas acumular mais capital, está propenso a investir onde quer que se possa haver lucro. Desse modo, pode transcender os limites territoriais e na busca por vantagens individuais só está comprometido com o seu círculo social imediato. Já os grupos políticos na figura do Estado procuram manter ou aumentar o seu poder buscando vantagens que tenham alguma repercussão para o grupo no qual estão comprometidos, podendo esse grupo ser uma comunidade de cidadãos, um grupo da elite, uma classe ou até uma estrutura de parentesco.

A tensão e a subsequente fusão entre as lógicas territorial e capitalista de poder é perceptível, por exemplo, no modo como os governos operam os instrumentos de política econômica (monetária, cambial, fiscal ou comercial) para favorecer determinados grupos ou frações do capital. Por outro lado, Harvey (2011) atenta que o Estado não é passivo nesse processo e quando promove um ambiente favorável para a extração de renda ou à valorização do capital (como os investimentos em infraestrutura), utiliza outros instrumentos de que dispõe para captar esses rendimentos e lucros como fonte de seu próprio poder [N. dos T.]

¹Esses processos formam a base do que o autor compreende como os fundamentos do imperialismo capitalista: uma fusão contraditória entre "a política de Estado e do império" (HARVEY, 2011, p. 31) e os "processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo" (HARVEY, 2011, p. 31). Em relação à política de Estado e do império, trata-se de um projeto empreendido por grupos políticos, que a partir do Estado e por meio de estratégias políticas, diplomáticas e militares, afirmam o poder com base no domínio de um território e na capacidade de mobilizar seus

ra com a atual crise financeira que avança pelo mundo. Eu tentei trabalhar na reflexão sobre essas duas lógicas de poder, e compreendo que minhas respostas podem não ser necessariamente as corretas, entretanto, acredito que nós deveríamos ter um debate mais sério sobre essa questão. Um aspecto da minha posição frente a esse desafio principal, é que não devemos pensar que a lógica capitalista de poder não é territorialmente fundada. Há uma tendência de se considerar que existe algo chamado “globalização”, cujo significado é a existência de forças abstratas que existem sabe-se lá onde. A lógica capitalista de poder cria configurações territoriais o tempo todo, como cidades, divisões regionais do trabalho e Estados. Deste modo, é de se perceber que o capitalismo tem uma clara dimensão e impacto geográficos, os quais estão, entretanto, se modificando constantemente – observe, por exemplo, a história da industrialização: desde a Revolução Industrial Inglesa há um padrão de urbanização, e agora nós observamos um fluxo de trabalhadores indo para as áreas urbanas da China. Portanto, a lógica do capitalismo não é isenta de uma dimensão espacial, o contrário da lógica territorial fixa de poder político. Mais precisamente, o que ocorre é o conflito entre essas duas diferentes concepções e lógicas de espacialidade, a primeira envolvida com a acumulação de capital, e a segunda com a gestão de populações por meio de

configurações territoriais, conhecida como “aparelho estatal”.

Theory Talks: Como o seu pensamento chegou ao estágio em que se encontra atualmente na área das RI?

David Harvey: Para mim, a epifania se deu no final dos anos 1960, início da década de 1970, quando compreendi que a área na qual estava trabalhando, a da geografia quantitativa, não me fornecia subsídios para compreender as questões políticas relativas à guerra do Vietnã, ou as econômicas, da crise de 1972-1975. Encontrei uma maneira de refletir sobre essas realidades quando li o trabalho de Karl Marx: pela primeira vez pensei ter encontrado algo que realmente me ajudava a dar sentido ao que estava ocorrendo. Entretanto, não deu tanto sentido quanto desejava, porque no trabalho de Marx não se dá tanta importância à dimensão geográfica. De certa forma, tenho passado o resto de minha vida levando a Geografia para o pensamento de Marx³. No início, porém, escrever sobre Marx não era viável academicamente e politicamente. Portanto, aqueles que se aventurassem nesse sentido, deveriam fazê-lo de modo bem encoberto. Por essa razão, tive que voltar minha atenção para autores

³Harvey (2000) afirma que os aspectos geográficos do capitalismo foram tratados muitas vezes como um assunto sem maiores implicações para ação política do movimento socialista e desse modo a análise das reestruturações espaciais do capitalismo foram desprivilegiadas em comparação com a análise temporal. Compreender o Desenvolvimento Geográfico Desigual do capitalismo seria, nas palavras do próprio autor, “a maior batalha intelectual de sua vida” (2004, p.545) [N. dos T.]

como, por exemplo, Karl Polanyi, o qual, ao escrever o seu “A Grande Transformação” em 1944, teve que lidar com os mesmos problemas. Ademais, tive que reconhecer que na França havia muitos intelectuais que estavam há muito mais tempo trabalhando com o pensamento de Marx, como Henri Lefebvre e Manuel Castells, o que foi uma das razões de minha ida para Paris naquele período.

Theory Talks: O que seria necessário para um estudante se tornar um especialista em relações internacionais, ou para compreender o mundo de forma global?

David Harvey: Um dos aspectos fundamentais que os estudantes devem se atentar é o de deixar de lado seus preconceitos sobre um autor ou texto e simplesmente lê-lo – isto é, deixem o texto falar com vocês, tenham um diálogo aberto com o mesmo. Tomando como exemplo o caso da leitura do livro “O Capital”, do Karl Marx, isso não só significa deixar de lado o fato de ser um anti-marxista, mas também a possibilidade de lê-lo com um entusiasmo *a priori*. Não importa o que você leia, se você proceder assim, lerá melhor e com mais atenção; lerá de verdade um texto, ao invés de simplesmente ler algo a partir da visão de seu professor. Se você for capaz de agir assim, provavelmente conseguirá sustentar o que tiver lido, e com uma postura aberta e criativa, quando for necessário analisar o que estiver acontecendo concretamente no mun-

do. Assim, você poderá desenvolver novas explicações sobre o mundo e fazer com que minha geração de estudiosos se aposente. Outro elemento importante, e que provoca muitas perguntas por parte dos alunos, é sobre o objeto de estudo. Muitos estudantes gostariam de investigar questões teóricas muito cedo em suas trajetórias acadêmicas, e eu acredito que estudantes de mestrado e de doutorado devem se preocupar com problemas concretos e específicos do mundo real, porque somente analisando essas questões alguém encontra as fontes e o valor de uma teorização significativa.

Theory Talks: Estudiosos das RI centram seus estudos principalmente no que o senhor denomina como sendo “a lógica territorial de poder”. Além dessa, você distingue a “lógica capitalista de poder”. Você poderia explicar como as entende?

David Harvey: Em qualquer momento particular da história, a lógica territorial de poder têm definido fronteiras, e o poder político é orquestrado no interior desses limites. Já em relação à lógica capitalista de poder, é muito simples. Significa que, se eu tiver muito dinheiro, me pergunto: onde o aplicarei? Então, o lanço em circulação, pessoas o gerenciam para mim (e eles fazem muito bem), e então esse dinheiro vai para a China, se movimenta para outras partes do mundo, sem qualquer limite – principalmente a partir da década de 1970,

quando o controle dos fluxos de capitais foi desmantelado, o que significa que o Estado desistiu de sua tarefa de controlar os fluxos monetários⁴.

⁴O descontrole dos fluxos de capitais se dá a partir da década de 1970, em um contexto de fortes críticas ao papel regulador do *Welfare State* (ou Estado de Bem-Estar Social) na Economia. Conforme tratado por Fiori (1997), esse contexto é marcado por crises econômicas e pela vitória ideológica do liberal-conservadorismo nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ocasionando o gradual desmonte do *Welfare State*, impactando sobremaneira – e de modo desfavorável – na proteção social dos indivíduos. Em relação às medidas adotadas no âmbito econômico, que dizem respeito à reorientação da relação do Estado com a Economia, pode-se destacar que em 1973 o governo dos Estados Unidos anuncia unilateralmente o fim da conversão do dólar em ouro colocando fim ao Sistema Bretton Woods. Essa medida implicou posteriormente na adoção das taxas de câmbio flutuantes, isto é, a determinação dos preços relativos das moedas passou a ser realizada por operadores privados, proporcionando aos agentes do mercado financeiro um grande poder sobre a dinâmica da economia internacional. De acordo com Chesnais (1999), esse poder se amplia a partir de 1979-81, quando os Estados Unidos elevam sua taxa de juros (Choque Volcker) mantendo-a em altos patamares por um longo período e realizando um conjunto de medidas destinadas a desregular e liberalizar os mercados de títulos públicos. Estas medidas conferiram ao Sistema Financeiro Internacional uma volatilidade e instabilidade altas, ao passo em que os operadores privados do mercado financeiro – bancos comerciais e de investimento, companhias de seguro, fundos de pensão e os fundos mútuos de investimento – começam a concorrer entre si, e na luta para obter os maiores níveis de rentabilidade, assumem posturas cada vez mais especulativas no mercado de câmbio e empréstimos internacionais e na compra de títulos públicos dos países. Partindo em grande medida dos trabalhos de François Chesnais, Paulani (2009) considera que essas mudanças se deram em um contexto de baixo crescimento da economia real, redução de salários e aumento do desemprego em vários países, além do crescimento considerável do valor dos ativos financeiros. Em uma conjuntura cada vez mais instável, atravessada por sobressaltos monetários e financeiros com alto poder de contágio entre os países, o capitalismo passa a ter como característica central um regime de acumulação com dominância da valorização financeira, em detrimento da valorização produtiva. Em outras palavras, segundo a autora, isso quer dizer que o processo de acumulação do capital passa a ter uma preponderância da lógica financeira, e a partir de então, a riqueza financeira crescerá a uma velocidade nunca antes vista, e junto dela, o capital fictício do qual falava Marx. Como exemplo de tal reorientação no regime de acumulação, a autora apresenta os seguintes dados: em 1980, havia quase uma equivalência

Após esse evento, os Estados tiveram que se organizar para tentar captar alguns desses capitais que giram ao redor do mundo. Uma boa metáfora para compreender esse princípio é o chamado “Culto à Carga”. Esse culto era realizado por povos indígenas do sudeste asiático quando viam vários aviões voando sobre seu território. Tendo sido dito que aqueles aviões transportavam mercadorias de valor, mas que precisavam de uma pista de pouso para que fossem entregues esses bens, então começaram a construir pistas em seus campos onde se produzia arroz, na esperança de que os aviões ali aterrizariam. Em grande medida, Estados e cidades comportam da mesma maneira quando se trata de atrair fluxos de capitais, e o fazem por meio do corte de impostos, regulações, criando capital humano, e outras formas⁵. Se eles não

entre a riqueza real (medida a partir do PNB mundial, sendo que para aquele ano seu valor foi o de 11,8 trilhões de dólares) e a riqueza fictícia (avaliada a partir do estoque mundial de ativos financeiros, que naquele ano foi o de 12 trilhões de dólares). Em 2006, a riqueza fictícia foi avaliada em 167 trilhões de dólares, e a riqueza real, em 48,8 trilhões, o que significa que a riqueza fictícia foi 3,5 vezes superior à riqueza real [N. dos T.].

⁵No que diz respeito à ideia de que as cidades competem entre si para a atração de fluxos de capitais – o que configura um cenário de “concorrência interurbana”, conforme tratado em Harvey (2006) –, é importante considerar que os fluxos de capitais procuram utilizar o espaço geográfico sob dois modos principais (HARVEY, 1990): em relação ao custo da mercadoria, o espaço é uma barreira ao deslocamento dos produtos, que encarece seu preço final. Assim, essa barreira espacial precisa ser reduzida ao máximo possível, daí a importância do desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicação. Já em um segundo modo, na medida em que se reduzem as “barreiras” espaciais, o capital aumenta sua sensibilidade às diferentes condições de cada lugar, e desse modo, os lugares se tornam potenciais receptores ao recebimento de investimentos, desde que um conjunto de fatores torne esses espaços propícios e atrativos para tanto, como por exemplo: o preço da força de trabalho,

agirem assim, suas economias ficam comprometidas.

Mas não quero dar a entender que o Estado está completamente separado do Capital. O *Federal Reserve*, por exemplo, ainda desempenha um poderoso papel na formação da política monetária; portanto, exerce certa influência política sobre os fluxos de capitais. As duas lógicas de poder, portanto, estão dialeticamente inter-relacionadas.

Theory Talks: Você é um intelectual reconhecido pelos seus estudos sobre a temática da urbanização. Por que ter a cidade como objeto de estudo? O que os estudiosos das RI perdem ao não considerá-la em suas análises?

David Harvey: Eu estou interessado em primeiro lugar no estudo de processos, especificamente os de urbanização. Enquanto a cidade é uma “coisa”, a urbanização é um processo. Trata-se de um processo que não se restringe aos limites da cidade; se trata, de modo geral, de processos de desenvolvimento geográfico desigual⁶. A

isenções fiscais, recursos naturais, grau de modernização da infraestrutura, legislação flexível etc. Milton Santos (1999) afirma que “os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor”. Esta capacidade se torna um atributo dos lugares e na medida em que as empresas elegem determinadas condições para se instalarem em alguma porção do território, os lugares passam a disputar entre si os investimentos das grandes empresas [N. dos T.].

⁶O modo como o capitalismo insere de forma desigual e combinada diferentes territórios e formações sociais em sua dinâmica global, utilizando as escalas espaciais e produzindo a diferença geográfica, a partir dos investimentos em atividades diretamente produtivas ou em capital social básico

tendência de ignorar as cidades e tratar somente o Estado como o único agente com poder de atuação é problemática. É claro que o direito de votar na Organização das Nações Unidas (ONU) é uma atribuição dos Estados, e isso me parece uma boa solução. Entretanto, quando se trata de fluxos financeiros, por exemplo, há uma atividade muito mais densa entre Nova Iorque e Londres do que entre os Estados Unidos e o Reino Unido. E como temos visto na atual crise, o que se passa nessas duas cidades afeta o resto do mundo. Não são os “Estados Unidos” que estão agindo, mas um grupo específico de indivíduos, que se localizam em cidades também específicas. O resto do país tem pouco poder no que diz respeito à decisão do futuro de sua economia, ou, se tratando desse caso, do futuro de sua economia e na do resto do mundo. O resto dos Estados Unidos é antes objeto do que sujeito nesse processo, restando a grande parte dele o desemprego ou o despejo em decorrência da execução de hipotecas. Portanto, compreender a relação entre Londres e Nova Iorque é tão importante quanto a relação entre os Estados aos quais essas cidades pertencem. Os estudiosos que apenas consideram os Estados como agentes ficarão

(transportes e comunicações, ciência e tecnologia, educação e etc.), como estratégias de ampliar a renda ou o lucro de suas atividades (HARVEY, 1990, 2011, 2006). Como estes fatores dependem de condições políticas e econômicas que estão sujeitas às características da formação de cada território, região ou lugar, não se pode dizer que o capital determina as diferenças, mas sim, que as utiliza de modo combinado para extrair a maior margem de lucro ou rentabilidade possível do espaço geográfico enquanto um fator de produção e circulação das mercadorias [N. dos T.].

surpresos com os desdobramentos dessa crise, já que fatos significantes ocorrem e não podem ser compreendidos observando apenas a dinâmica interestatal.

Theory Talks: A cidade é uma arena de luta em seu trabalho. A que essa luta diz respeito?

David Harvey: Por um lado, enfatizando seus aspectos positivos, nas cidades podem ser exploradas novidades e fazer com que essas se tornem realidade, e esse processo ocorre de maneira contínua. As cidades mudam constantemente, e isso faz com que seja emocionante estudar os processos que ocorrem nelas, até mesmo os negativos – como, por exemplo, o fato de que as cidades que hoje vivemos são, essencialmente, o resultado de processos de acumulação do capital. As tendências negativas que acompanham esses processos são a gentrificação⁷, o *boom* da construção civil, e o aumento do número de construções de alto luxo, o que significa que as cidades passam a ser cada vez mais direcionadas para as classes altas. Felizmente, existem

indivíduos que lutam contra esses processos, que estão incidindo nas cidades em que vivem. Esses movimentos de resistência urbana perguntam: Por que essas pessoas envolvidas com a acumulação do capital podem moldar as cidades de acordo com sua imagem e interesses, e não de acordo com os meus? Em toda parte, há indivíduos engajados em lutas populares, confrontando os processos de gentrificação. Apesar disso parecer algo impressionante – e realmente é –, isso é muito mais normal do que se possa imaginar. Petições que são assinadas em frente ao supermercado do bairro exigindo um pequeno parque para a comunidade, ou aquelas no sentido de reivindicar que no dia de domingo não haja automóveis circulando pelas ruas, tudo isso faz parte desse movimento. A cidade é um terreno de luta. Quem vai construir a cidade? Como isso será feito? A partir de quais processos? Todos os que vivem nas cidades estão envolvidos nessa luta, até mesmo quando optam em se abster de uma participação ativa.

Um exemplo no que diz respeito às implicações dessa luta, pode ser encontrado na enorme influência que os planejadores urbanos tiveram no modo como vivemos hoje. Por exemplo, durante o Segundo Império Francês, Georges-Eugène Haussman reconstruiu Paris não a partir do que a cidade era, mas tornando-a uma cidade “moderna”, com *boulevards* e, dessa forma, determinou um novo modo de vida na França. Por outro lado, Robert Moses, tratado como o

⁷Este conceito se refere à expulsão de populações de baixa renda de uma determinada área da cidade, seguida da revitalização e modernização de sua estrutura física e a consequente mudança no perfil populacional que frequenta, trabalha ou habita esse lugar ou região em favor de grupos com alto poder aquisitivo (HARVEY, 2006). O processo de gentrificação ocorre por meio de diferentes formas: especulação imobiliária (aumento no preço de aluguéis e de serviços), mudanças na legislação urbana (como o zoneamento estabelecido no plano diretor), o perfil das novas oportunidades de emprego, e diversos instrumentos do poder público (incentivos fiscais, consórcios, parcerias público-privadas, etc.) [N. dos T.].

“maior construtor” que, sozinho, foi o formulador da suburbanização dos EUA⁸, e assim contribuiu fortemente para a conformação do *american way of life*, com todas suas implicações sociais e políticas.

Portanto, minha luta é contra os privilegiados que, por disporem de uma vasta soma de dinheiro, podem se engajar em projetos que lhes forem convenientes, afetando não somente suas próprias vidas, mas também as de todos aqueles que vivem na mesma unidade espacial denominada “cidade”. Os movimentos sociais urbanos estão em todas as cidades e possuem uma atuação real e significativa.

Theory Talks: Para muitos estudiosos das RI, as cidades são consideradas

⁸O processo de suburbanização norte-americana, segundo Harvey (2009), foi fruto da busca por uma solução ao problema de disponibilidade de capital excedente no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, e essa se deu por meio da alteração, por Robert Moses, da escala de pensamento nas ações do governo sobre os processos urbanos na região metropolitana de Nova Iorque. Essa proposta de mudança se traduziu na realização de amplos investimentos (através de dívida financiada), em sistemas de autoestradas e transformações infraestruturais na região metropolitana de Nova Iorque. Esse processo significou a consolidação de um projeto de suburbanização e de reengenharia da região metropolitana, de modo que as classes altas passaram a valorizar o hábito de se viver nos limites das cidades. Esses subúrbios transformariam radicalmente o modo de vida nas cidades, desdobrando-se em amplas consequências sociais, o que fez com que a primeira onda de feministas nos Estados Unidos proclamasse o subúrbio e o seu modo de vida como o lócus de seus principais descontentamentos.

Esse processo de suburbanização se assemelha em parte ao que no Brasil seria a existência de condomínios fechados. Para as diferenças entre os condomínios fechados brasileiros e os *Common Interest Developments* (CIDs ou incorporações de interesses comuns) e subúrbios norte-americanos, cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (2000) “Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”, mais especificamente o cap. 7, intitulado “Enclaves Fortificados: erguendo muros e criando uma nova ordem privada”.

principalmente um antecedente histórico dos Estados como principais unidades soberanas. Ademais, alguns estudiosos das RI passaram a incluir a região como um outro nível de governança. O que você tem a dizer a respeito dessas questões?

David Harvey: Eu gostaria de perguntar: o que é o Estado? Como ocorreu sua formação? Há uma tendência de perpetuação do Estado e de o mesmo ser visto como algo natural, enquanto que a governança é vista como algo contingente nos processos que o cria, por um lado, e nos que o enfraquece, por outro. Os Estados, assim como as cidades, são processos. Naturalmente, uma vez que uma configuração territorial é criada, e você coloca paredes ao seu redor, como aquelas que legalmente regulam os fluxos migratórios e de capitais, foi criada uma instituição que pode influenciar os processos pelos quais o Estado foi criado e constituído. Isso implica que, até mesmo quando os Estados funcionam bem enquanto instituição, o poder é sempre instável, mesmo internamente ao Estado. O mais interessante é observar como que o poder de classe pode exercer sua influência e em qual escala. Para entender esses tipos de processos, deve-se “saltar as escalas”, como os geógrafos costumam dizer.

Por exemplo, quando Margaret Thatcher chegou ao poder, se viu confrontada por várias municipalidades socialistas fortes – em resposta, ela basicamente dissolveu o nível municipal de

governo. Isso, por sua vez, criou um caos no governo britânico, e agora eles estão tentando criar alguma nova forma de configuração governamental regional. Os conservadores já tentaram fazer isso antes, por meio da criação do Conselho da Grande Londres, mas a grande piada foi que Ken Livingstone venceu e, por essa razão, Margaret Thatcher decidiu abolir o Conselho. Tal fato ilustra a dialética de tais processos, a luta intensa que ocorre para determinar quais interesses irão prevalecer. Ademais, esse tipo de luta se passa em qualquer nível em que agentes de classe estiverem envolvidos, seja na cidade, no Estado ou na região.

Eu entendo a União Europeia como um resultado temporário notável da agenda neoliberal. Eles desejavam uma unidade geográfica maior para os fluxos de capitais, e conseguiram. Na crise atual, todos os políticos europeus admitiram que não há integração política, somente econômica, o que faz com que não consigam gerenciar a crise de maneira integrada, só podendo ser feita a nível nacional. O Banco Central Europeu tem como mandato o combate à inflação (e não, por exemplo, ao desemprego) – e serve à lógica capitalista de poder, não à lógica territorial de poder.

Podemos citar como outro exemplo o caso da Suécia: suas classes capitalistas burguesas quiseram transformar o País em um Estado neoliberal, mas independente. Quando

descobriram que havia muita resistência a esse projeto no âmbito doméstico, essas classes decidiram incentivar a Suécia a fazer parte da União Europeia e, assim, conseguiram o que desejavam – isto é, uma Suécia neoliberal – ultrapassando a resistência doméstica por meio da atuação em outra escala de intervenção política.

Em qual escala se governa e por quê? A temática da “deposição ácida”, que provém principalmente da poluição industrial, é outro exemplo em que o nível interestatal é insuficiente para se lidar com algumas questões. A cidade de Londres uma vez decidiu livrar-se de sua famosa poluição por meio da construção de chaminés mais altas em suas fábricas. Posteriormente, os suecos descobriram que aquela chuva ácida estava destruindo o ecossistema dos seus conhecidos lagos. Surge então a seguinte questão: a Inglaterra é responsável pelo que ocorre na Suécia? Se sim, então o problema (e a solução inglesa) ultrapassa a escala existente de governança⁹ e alguma outra

⁹O termo governança compreende não somente a ação do Estado, mas o poder real de reorganizar o espaço a partir de uma ampla coalizão de grupos sociais. No caso das cidades, o poder de influenciar as decisões do poder público é disputado por um conjunto complexo e conflituoso de grupos que buscam a hegemonia necessária para fazer valer seus interesses. Na prática, prevalecem na disputa os grupos com maior poder financeiro, tais como as associações comerciais, bancos, indústrias, empresários e incorporadores imobiliários. Outros grupos sociais também disputam a hegemonia necessária à governança, mas sua capacidade de influenciar as decisões do governo não se resume ao poder financeiro e sim, na organização e mobilização de suas ações: igrejas, movimentos sociais, instituições de ensino, sindicatos, dentre outros (HARVEY, 2006; VAINER, 2000) [N. dos T.].

forma de se lidar com essas questões deve ser encontrada. Portanto, novas temáticas acabam demandando novas formas de relações internacionais que, por meio de diferentes escalas, incidirão nessas novas questões. A atual crise fiscal é um dos exemplos desses casos em que há o “salto de escala” para o tratamento de alguma questão, já que os únicos verdadeiros agentes são os bancos centrais espalhados em todo o mundo – as assembleias nacionais não têm nada a dizer a respeito, simplesmente têm que engolir o que os bancos centrais oferecem como a solução mais viável. Os bancos centrais são como ditaduras, já que não há controle democrático ou qualquer tipo de constrangimento sobre o seu processo de tomada de decisão. Os Estados-Nação não parecem querer reconhecer o que está ocorrendo; desse modo, se apresentam como incapazes para lidar com tais fatos. O movimento social ambientalista é, em minha opinião, um dos agentes que atualmente parecem compreender como trabalhar em uma governança multinível, já que um problema ecológico local é quase sempre inter-relacionado com dinâmicas globais. Ademais, esse movimento tem se mostrado hábil na atuação junto aos governos locais, Estados-Nação e às instituições internacionais.

Theory Talks: Você mencionou o conceito marxista “classe” algumas vezes. Como tal conceito deve ser compreendido hodiernamente?

David Harvey: Primeiramente, é importante salientar que “classe” não é um conceito, mas um processo¹⁰. Desde a década de 1970, estamos em um processo de reestruturação da relação entre a sociedade e a economia, e as classes também se transformam nesse processo¹¹. Para determinar de qual classe que alguém faz parte em algum momento específico, deve-se buscar compreender em que medida o indivíduo se posiciona em relação às dinâmicas de acumulação do capital – e a maioria dos indivíduos se posiciona de modo ambíguo:

¹⁰Conforme salientado por Castells (1973), o tema das classes sociais é central para qualquer análise sociológica, independentemente da perspectiva teórica, já que elas expressam a estrutura das relações sociais subjacentes a toda sociedade, bem como seus processos de mudança. A despeito do amplo debate em torno da questão, nos limitaremos a dizer que, grosso modo, Marx trata da ideia de classe a partir das relações sociais de produção, como sendo dotada de um conteúdo histórico empiricamente observável e, assim, não se resumindo a uma categoria analítica. Por se tratar de um processo dialético, no marxismo, as classes sociais só podem ser compreendidas em uma perspectiva relacional, ou seja, na posição de uma classe em relação às demais [N. dos T.].

¹¹Ao longo do século XX a classe trabalhadora conseguiu, de modo desigual, mas progressivo, ampliar o escopo dos direitos sociais, civis e políticos em boa parte do mundo. Por uma série de motivos, que vão desde o papel que os socialistas desempenharam na resistência ao fascismo na Europa e Ásia até o avanço da organização sindical em diversos países, os capitalistas cederam uma série de benefícios proporcionando em alguns países o famoso Estado de “bem-estar social”, o *Welfare State*. Harvey (2008) afirma que a partir da década de 1980, o avanço do neoliberalismo promoveu a recuperação do poder de ação da classe capitalista em escala global, através de diversos mecanismos proporcionados pelo Desenvolvimento Geográfico Desigual, dentre os quais se destacam: a financeirização da economia mundial [nota 8], o crescimento da mobilidade geográfica do capital [nota 7] e a coação e difusão da política econômica neoliberal, a partir de organismos internacionais, como por exemplo o FMI, cuja perspectiva de política monetária limita-se ao controle inflacionário e restrição fiscal e a OMC que, entre outras funções, contribui para o estabelecimento de padrões e normas neoliberais de interação na economia global [N. dos T.].

atualmente, se você possui uma pensão em um banco de algum país desenvolvido, certamente teme perdê-la. Portanto, o seu interesse é que o sistema se revigore. Por outro lado, você também é uma vítima do que chamo de “acumulação por espoliação”¹²: o Estado, as empresas, quem quer que seja, estão constantemente espoliando ativos dos indivíduos. Um exemplo que pode parecer normal é que, em Londres, em um mercado, tudo deve ser feito pelo próprio cliente: desde a seleção dos alimentos, a verificação do seu estado, o pagamento, tudo é feito pelo cliente. Há cinquenta anos atrás, tudo era feito por algum funcionário do mercado. Portanto, o que se passa é que agora o cliente faz um maior uso do seu tempo, enquanto as empresas gastam menos com Trabalho. Isso quer dizer que as classes estão em um movimento constante, e que dificilmente algum indivíduo irá representar um interesse específico, único [apartado de algum interesse de classe], ao longo de suas vidas. Desse modo, a

¹²Este conceito defende o caráter contínuo da “Acumulação Primitiva” (MARX, 1983): o processo histórico de separação dos trabalhadores da propriedade dos seus meios de produção. Harvey (2006) afirma que, com a restauração do poder de classe promovida pelo neoliberalismo, surgiram mecanismos variados de transferência de ativos e redistribuição de renda das massas da população para as classes mais altas, ou então, dos países vulneráveis para os mais ricos. Segundo Carlos Brandão, a proposta de Harvey “procura discernir criteriosamente a acumulação primitiva, que abre caminho à reprodução ampliada do capital, da acumulação por espoliação que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (BRANDÃO, 2009, p.7), ou seja, enquanto a primeira abre caminho à valorização do capital, esta última baseia-se em estratégias para proporcionar ganhos “estéreis” para as classes mais altas, na medida em que se resumem em simples transferências de propriedade e renda: privatizações, corte de impostos para o capital, etc. [N. dos T.].

política de classe diz respeito ao reconhecimento de que muitos de nós possuímos posições ambivalentes e, em face dessa constatação, devemos discutir se e em que medida estamos dispostos a impor limites aos processos de acumulação do capital.¹³

Theory Talks: A atual crise financeira pode ser interpretada como um sintoma do declínio do “Império Americano”?

David Harvey: John Gray, de quem discordo em quase tudo que diz, indicou corretamente que esse evento é tão significativo quanto o colapso da União Soviética. Não há dúvida quanto ao fato de que essa crise tem sido um forte golpe na hegemonia americana, bem como na estrutura dos imperialismos. Isto é, existem, e sempre têm existido, diversos imperialismos ao mesmo tempo: o europeu, o americano, o japo-

¹³Assim, é preciso levar em conta o modo como os sujeitos de uma classe enxergam a si mesmos e seus semelhantes e os sujeitos de outras classes, e esses fatores são decisivos para a evolução da luta de classes.

Marshall Berman ilustra bem esse processo no seguinte excerto de seu comentário sobre o Manifesto do Partido Comunista: “Marx compreende que muita gente da classe trabalhadora desconheça o próprio endereço. Muitos vestem roupas elegantes e moram em belas casas porque, no momento, há grande demanda por seu trabalho, o que significa que eles vão muito bem. Podem identificar-se alegremente com os proprietários do capital, sem ter ideia de como os benefícios de que gozam agora são fugazes e circunstanciais. Talvez não descubram quem são e qual é o seu lugar até que sejam dispensados ou demitidos – ou terceirizados, ou tornados desnecessários em sua especialização. Outros trabalhadores, desprovidos de tantas credenciais e vestindo roupas não tão boas, podem não entender que muitos daqueles que os jogam de um lado para outro pertencem, na realidade, a sua própria classe e, a despeito da pretensão, compartilham da mesma vulnerabilidade” (BERMAN, 2012, p.102-3) [N. dos T.].

nês e o chinês – e as ambições desses impérios latentes surgem porque se sentem receosos em relação ao excesso de poder de seus competidores; mas eles existem sempre, e estão em conflito. Agora mesmo estamos no meio de uma mudança que nos levará a um novo balanço de poder no sistema imperialista internacional; um “ajuste estrutural”, se quisermos adotar um termo da economia. O claro centro imperialista americano que existiu, aproximadamente, durante as décadas de 1950 e 1960, foi sendo gradualmente questionado, e enfraquecido pela crise financeira. Agora estamos aproximando do fim desse mono-imperialismo. Entretanto, isso pode não ser algo positivo, já que a competição multipolar entre imperialismos pode causar muitos danos, como a história tem provado. Quando há um claro centro de poder, você pode até não gostar do que está sendo feito, mas pelo menos você sabe em que termos estão as coisas e quem está no comando – quando se trata de configurações múltiplas de poder, e que estão potencialmente em conflito umas com as outras, as mensagens são facilmente manipuladas e a tensão no sistema aumenta, enquanto a cooperação diminui. Acredito que o mundo modificará rapidamente e radicalmente ao longo dos próximos quinze, vinte anos.

Theory Talks: Última pergunta. Você foi, de certa forma, o professor do pensamento do Halford John Mackinder em Oxford. Qual é o valor do trabalho

desse clássico pensador da geopolítica, que afirmou a tão famosa sentença: “quem domina o Leste Europeu, controla a Heartland; quem domina a Heartland, controla a World-Island; quem domina a World-Island, controla o mundo.”?

David Harvey: Mackinder. Ele foi um dos primeiros a relacionar a política com a geografia, como pode se observar na citação mencionada por você e, por isso, ele merece crédito. Entretanto, Mackinder é um exemplo muito claro de alguém que coloca o seu trabalho a serviço da lógica territorial de poder. Afinal de contas, ele foi um político britânico preocupado com o declínio da hegemonia inglesa: em um contexto de decréscimo dos fluxos de capitais para o Império Britânico, Mackinder concebeu uma teoria geopolítica que estava baseada na lógica de dominação geográfica, com o intuito de controlar os fluxos de capitais. Entretanto, Mackinder também é uma figura trágica, porque a citação a que você fez referência era ao mesmo tempo o seu maior medo e o maior sonho da Alemanha, e serviu de inspiração e fazia parte da racionalização da Alemanha para a conquista do Leste Europeu. Já há um reconhecimento, ainda que frágil, de que no trabalho de Mackinder há alguma ideia de uma lógica do capital que precisa ser protegida, de que se deve salvaguardar o Ocidente do resto do mundo, como também a

ideia de se preservar o Reino Unido do Ocidente. Desse modo, ele serve de fonte de inspiração para pensadores como Samuel Huntington. E apesar de eu desconsiderar o valor do seu trabalho, reconheço que suas afirmações são um ótimo exemplo daquilo que os Estados poderosos realmente querem – algo que se deve estudar, caso se tenha o propósito de compreender a política internacional.

David Harvey é professor emérito de Antropologia na City University of New York (CUNY). Dentre os seus livros mais importantes, além dos relacionados nas referências, podemos citar:

Harvey, David. *Spaces of Capital: towards a critical geography*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

_____. *Spaces of Global Capitalism: Towards a Theory of Uneven Geographical Development*. New York: Verso, 2006.

_____. *The Limits to Capital*. New Edition. New York: Verso, 2007.

_____. *Social Justice and the City*. Revised Edition. Athens: University of Georgia Press, 2009.

Harvey, David. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

_____. *O enigma do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. New York: Verso, 2012.

_____. *Para entender O Capital – Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Referências

BERMAN, Marshall. “Posfácio – Rasgando os véus: o manifesto comunista”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRANDÃO, Carlos. “Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo”. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, 2009.

CASTELLS, Manuel. A Teoria Marxista das Classes Sociais e a Luta de Classes na América Latina – comentário ao texto de Nicos Poulantzas. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 3, p. 42-63, 1973.

CHESNAIS, François. *Tobin or not Tobin?* São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.

HARVEY, David. *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*; tradução de Mariluz Caso. Mexico DF: Fondo de Cult Economica, 1990.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. Retrospect on the limits to capital. *Antipode – A radical journal of geography*, V. 36, issue 3, 2004.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *A Liberdade da Cidade*. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 26, p. 09-17, 2009.

_____. *O novo imperialismo*. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PAULANI, Leda. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.

SANTOS, Milton. “Guerra dos lugares”. *Folha de São Paulo*, 08 de agosto de 1999 (Especial Brasil 500 d.C.).

VAINER, Carlos. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ⁱ Essa entrevista com o professor David Harvey foi publicada originalmente no site Theory Talks. O nosso objetivo foi realizar a sua tradução e a inclusão de notas de rodapé apresentando alguns conceitos e ideias trabalhados pelo autor e por outros. Theory Talks é um fórum interativo voltado para a discussão sobre os debates da área das Relações Internacionais (RI), dando ênfase especial para a discussão sobre suas problemáticas teóricas. Theory Talks tem como objetivo oferecer aos estudantes e pesquisadores da área uma visão abrangente do campo e de seus mais importantes protagonistas, e o faz por meio do convite de especialistas renomados das RI para elucidar aspectos relacionados aos seus trabalhos, explicar o que tem sido desenvolvido na área e o que pensam sobre o que ocorre na política internacional. Endereço do sítio: www.theory-talks.org. Endereço dessa entrevista no original em inglês: <http://www.theory-talks.org/2008/10/theory-talk-20-david-harvey.html>.

ⁱⁱ Doutorando em Pesquisas sobre a Paz e o Desenvolvimento (Peace and Development Research) pela School of Global Studies, University of Gothenburg. Editor-chefe do Theory Talks. Contato: peer@theory-talks.org.

ⁱⁱⁱ Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Bacharel em Relações Internacionais (2009) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Contato: pedropbg@gmail.com

^{iv} Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Bacharel em Geografia (2010) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Contato: dantepezzin@hotmail.com.